

OMNIA SAÚDE

Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI)
www.fai.com.br

SIMÕES, Fatima Itsue Watanabe. As funções parentais e os vínculos familiares na atualidade. Omnia Saúde, v.10, n.1, p.10-25, 2013.

ISSN versão Online 2236-188X
ISSN versão Impressa 1806-6763

Recebido em: 11/06/2013
Revisado em: 27/10/2013
Aceito em: 07/11/2013

AS FUNÇÕES PARENTAIS E OS VÍNCULOS FAMILIARES NA ATUALIDADE

PARENTAL FUNCTIONS AND FAMILY RELATIONSHIP TODAY

Fatima Itsue Watanabe Simões

Doutora em Psicologia (UNESP)

RESUMO

A família sempre existiu em todos os tipos de sociedades e os vários modelos foram-se delineando através das épocas e do tempo, passando por transições e revoluções. A família pode ser considerada como um sistema que se organiza em forma de parentesco que delimita lugares simbólicos e pressupõe um discurso que organiza esses lugares. Identifica-se como função fundamental da família a inscrição da criança no universo simbólico através das funções parentais. O papel do pai e da mãe tem passado por transformações na sociedade, mudanças essas que se refletem também nas relações familiares. Essas mudanças de comportamento tendem a repercutir diretamente sobre a constituição dos laços sociais e intervêm na reorganização das funções parentais. Os papéis desempenhados pelo homem e pela mulher tem se confundido cada vez mais e a configuração familiar tem-se delineado diferentemente da estrutura familiar tradicional assim como a relação mãe-filho também é tocada por essas vicissitudes. Os desafios e as dificuldades que na atualidade se colocam para os pais, para a mulher, para o homem e para a criança são diversos. Este artigo de caráter teórico-reflexivo tem como fundamentação teórica a Psicanálise e pretende propor uma reflexão sobre o impacto que as transformações sociais tem ocasionado nos vínculos familiares na atualidade.

Palavras-chave: Família; Função Materna; Função Paterna; Sociedade

ABSTRACT

The family has always existed in all types of societies and various models were up by outlining the seasons and weather, through transitions and revolutions. The family may be regarded as a system that is organized in the form of kinship that defines symbolic places and presupposes a discourse that organize these places. Identifies as fundamental function of the family to enroll a child in the symbolic universe through parental functions. The role of father and mother has gone through transformations in society, changes which are also reflected in family relationships. These behavioral changes tend to pass directly over the establishment of social bonds and intervene in the reorganization of the parental duties. The roles played by men and women have been confused and increasingly family configuration has been designed differently from the traditional family structure as well as mother-child relationship is also touched by these events. The challenges and difficulties that currently arise for parents, for woman, for the

man and the child are different. This article theoretical-reflective character has as theoretical foundation Psychoanalysis and intends to propose a reflection on the impact that social change has caused family ties today.

Key-words: Family; Maternal Role; Paternal Role; Society.

INTRODUÇÃO

A família e o desenvolvimento infantil

No século XVIII a Filosofia das Luzes questionou as hierarquias, modelos e tradições da sociedade. O Iluminismo influenciou fortemente a idealização da maternidade e alguns discursos sobre o feminino. Verificamos, nos dias de hoje, que há pessoas que acreditam em que a mulher nasceu para ser mãe, e que no exercício pleno de sua função, além de ajudar a preservar a espécie procriando, ela deve ser também uma boa mãe. Essa crença, segundo Dolto (1996), é reforçada pela preocupação de consagrar todas as energias à preservação, sobrevivência e proteção dos filhos ante os perigos com que os ameaça o destino. Verifica-se a sacralização da maternidade não apenas no discurso, mas por todo um imaginário social que pressupõe a existência de uma vocação natural da mulher, que lhe permitiria a condição de cuidar de seus filhos e de educá-los (Kamers, 2006).

Por meio desse modo de conceber, a mãe está situada como agente da função materna. De acordo com Kamers (2006), evidentemente, não se sustenta mais conceber as famílias enquanto estruturas com papéis sociais delimitados, pois, nessa hipótese, tenderíamos à normatização das famílias ou estabeleceríamos a dicotomia entre família estruturada e não estruturada, família adequada às necessidades da criança e não adequada. Uma possibilidade talvez seja pensar as funções parentais (Kamers, 2006) como relativas às estruturas; portanto uma função simbólica como dimensão estruturante do indivíduo e as configurações que esse modo de se posicionar perante a criança pode desencadear na relação entre a díade mãe-filho na atualidade.

A família sempre existiu em todos os tipos de sociedades e os vários modelos foram-se delineando através das épocas e do tempo, passando por transições e revoluções (Roudinesco, 2002; Bayle, 2008). Enquanto estrutura, a família é um fenômeno universal (Kamers, 2006); sobre ela repousa a ordem social, a transmissão dos interditos necessários à cultura para que a família não se encerre em si mesma. A família pode ser considerada como um sistema que se organiza em forma de parentesco, que delimita lugares simbólicos e pressupõe um discurso que organiza esses lugares.

A psicanálise, criada por Freud no final do século XIX, surge no cenário mundial em um momento histórico-social em que a noção de família (Zornig, 2008) começa a modificar-se e passa do domínio público para o privado, retirando-se as crianças para um espaço mais restrito, constituído pelos pais e filhos, favorecendo o convívio mais próximo e afetivo entre eles. Nesse momento, o discurso médico tem lugar de destaque na sociedade e no interior das famílias, assim como a noção de educação formal também é valorizada. O Estado passa a se ocupar da educação das crianças com o intuito de formar futuros cidadãos (Costa, 1989) produtivos e saudáveis dentro dos padrões estabelecidos. O conceito de amor dos pais está

relacionado com a possibilidade da família de proporcionar a seus filhos uma adequada educação formal, respeitando-se os preceitos ditados pelo conjunto das normas sociais vigentes.

A partir da psicanálise (Kamers, 2006; Tanis, 2001), sabemos que a família é uma estrutura responsável pela transmissão e inserção do *infans* na cultura. A psicanálise, (Kehl, 2005) ao pensar o sujeito, não propõe exatamente uma identidade; ninguém é idêntico a seu sexo (biológico), à sua “raça”, nem ao seu grupo sociocultural, e nem a si próprio. Segundo esta autora, cada sujeito é, ao mesmo tempo, único em sua singularidade, e dividido quanto a seu desejo.

Identifica-se como função fundamental da família a inscrição da criança no universo simbólico através das funções parentais. Não necessariamente seria a mãe biológica o agente responsável pela função materna, assim como o pai da realidade o agente da função paterna. Entretanto, estas funções não podem ser desempenhadas por “qualquer um”, já que, em se tratando de uma função parental, ela jamais pode ser “anônima”, visto que pressupõe uma função de “nomeação” (Kamers, 2006).

Podemos considerar que a constituição do sujeito dá-se a partir da dimensão relacional que estabelece com outra pessoa que investe em seu desenvolvimento. É nessa interação com outros seres humanos que a subjetividade se constitui. Segundo Oliveira (2002), é através de um determinado círculo familiar que se transmite à criança a cultura e o seu sistema de significações e representações.

O papel do pai e da mãe tem passado por transformações na sociedade, mudanças essas que se refletem também nas relações familiares. Historicamente até o século XVII, o sentimento de infância e de família praticamente não existia (Ariés, 1981). No final do século XVII surgem as primeiras mudanças no que diz respeito ao sentimento familiar de maternagem associado à infância (Benczik, 2011).

Contudo, conforme destaca Luengo (2010) todas as mudanças nos padrões familiares na contemporaneidade, não ameaçam a estrutura familiar, mas fazem com que pensemos em maneiras diferentes de conceber as funções paternas e maternas. Fleig (2005) ao citar Lacan defende a ideia de que o pai é uma função. Sendo assim, essa função não poderia ser considerada “mais fraca” ou “mais forte”. Assim, nosso recurso seria então de analisar o modo como esta função poderia ser operada adequadamente ou quando ela está impossibilitada (Luengo, 2010).

Freud (1910), no artigo “Leonardo da Vinci e uma lembrança da infância”, assevera que:

“Na maioria dos seres humanos, tanto hoje como nos tempos primitivos, a necessidade de se apoiar numa autoridade de qualquer espécie é tão imperativa que seu mundo desmorona se essa autoridade é ameaçada” (FREUD, 1910 p.141).

É reconhecido pela literatura, pelas pesquisas científicas e pelas teorias psicológicas o papel do pai e da mãe no desenvolvimento infantil. De acordo com Benczik (2011) é pressuposto da teoria psicanalítica o papel estruturante do pai, a partir da instauração do complexo edípico. Para a referida autora, é na trama familiar que o sujeito se constrói e sai do estado de natureza para ingressar na cultura. O lugar da mãe ocupa posição de destaque na literatura.

Freud (1914), no artigo “Sobre o narcisismo”, destaca a importância dos investimentos que a figura materna realiza ao introduzir a criança no universo pulsional, uma vez que é ela quem cuida da alimentação e oferece os primeiros cuidados necessários à sobrevivência. Quer seja na teoria psicanalítica de Freud, na psicanálise de Melanie Klein ou em Winnicott, todas as perspectivas teóricas são unânimes ao reconhecerem a importância que a mãe ou seu substituto exerce no desenvolvimento do ser humano. Vejamos como se dá esse processo.

Para que a criança possa se desenvolver satisfatoriamente é necessário que encontre alguém que o acolha e cuide de sua forma de sobrevivência; uma vez que, ao nascer, não possui recursos próprios para sua sobrevivência física e psíquica. A história de um indivíduo inicia antes mesmo de seu nascimento biológico. Inicia-se desde a concepção mental do casal parental que gesta um filho a partir de seus imaginários. Mesmo antes de se ter um filho, muitos pais investem seus desejos, sonhos, medos e expectativas sobre a ideia que nutrem acerca de seu futuro bebê.

Sobre esse assunto, Oliveira (2002) ao citar Molina (2001) destaca que a construção do filho imaginado necessita manter-se viva ainda, durante o decorrer do desenvolvimento, no psiquismo dos pais, pois são eles que sustentam os projetos simbólicos do filho e lhe oferecem os alicerces imaginários necessários para que seu desenvolvimento se organize.

Para McDougall (1996) a fantasia do “corpo único” é fundamental para o desenvolvimento de todos os seres humanos. Na verdade, de acordo com a teoria postulada por essa autora, a experiência de estar fusionado à mãe tem suas raízes ainda na vida interina. Cabe à mãe prover as necessidades físicas do bebê. Na medida em que cuida e dedica-lhe afeto, ajuda a manter a ilusão de que são uma única pessoa, além de possibilitar a inscrição no psiquismo da criança de uma imagem reconfortante e amável da figura materna, assim como proporcionar a ela um ambiente externo acolhedor e afável. A atitude emocional da mãe e seus afetos servirão como referência através da imagem que empresta por meio de seu corpo e de seu psiquismo ao seu filho. Estas experiências servirão para orientar os afetos da criança e conferir qualidade de vida à experiência dele. McDougall (1996) destaca que por meio desses cuidados se evidenciam o amor e a sustentação psíquica das funções parentais de seus progenitores, favorecendo que haja o registro e a inscrição das vivências das trocas afetivas no psiquismo de seu filho, possibilitando que ele seja introduzido na estrutura simbólica.

Sobre este assunto Roure (2002), escreve que, ao nascer, a criança é imediatamente inscrita pelos pais numa cadeia de desejos na qual lhe é assegurado um lugar, que é, desde sempre, marcado por uma montagem fantasmática apresentada tanto pelos pais, quanto por aqueles que a rodeiam, ou seja, as fantasias relacionadas à criança não pertencem somente à mulher, mas igualmente ao homem e demais membros da família em geral.

A família, segundo Osório (1996), tem um papel essencial na integração e desenvolvimento biopsicossocial dos seres humanos, pois desempenha algumas funções primordiais, tais como: funções biológicas (através dos cuidados necessários garante a sobrevivência do indivíduo); funções psicológicas (proporcionar afeto, oferecer-se como suporte e continência para a superação de dificuldades); funções sociais (transmissão da cultura aos indivíduos).

Para Manoni (1982/1986) a possibilidade de a mãe investir afetivamente em seu filho e a sua capacidade de dispensar os cuidados básicos e necessários ao lactente está intimamente relacionada com os cuidados maternos que recebeu em sua infância e, ao tornar-se adulta, com

ter encontrado conforto e segurança no seu meio social. Neste momento, outros sentimentos como a culpa, o medo, a raiva, a dependência e a insegurança podem reforçar a sua carga emocional e interferir no relacionamento com seu bebê.

Nos primeiros meses do bebê, ele não tem recursos simbólicos para diferenciar dor física ou mental, necessidade biológica e psíquica. Aryan (1993) assinala que a capacidade simbólica necessária ao ser humano para estabelecer a discriminação de sentimentos, a compreensão, interpretação e elaboração psíquica dos sinais de seu corpo, dependerão do êxito da relação estabelecida na primeira infância.

Com a ajuda materna, lentamente a criança irá construir seu imaginário, dar sentido às suas projeções de angústias (o que antes era realizado por sua mãe e devolvido de forma compreensível) e produzir suas próprias significações (o que antes era emprestado de sua mãe) para conseguir suportar a dor e a angústia provocadas pela frustração e pela demora por ser ouvido e atendido em suas necessidades. Tem início o processo de reconhecimento de que ele e sua mãe são pessoas diferentes, distintas e, portanto, com necessidades, desejos e ritmos diferentes (McDougall, 1996). Começa a haver a diferenciação entre o mundo interno e o externo e futuramente haverá a distinção entre ego e não ego e, ao final, a criança poderá desempenhar por si mesma as funções maternas introjetadas.

Por mais agradável, criativa e harmoniosa que seja a imagem do mundo que a mãe passa ao seu filho e por melhor que seja o relacionamento entre ambos, há situações em que será necessário à mãe frustrá-lo. Segundo Andrade (1998) o bebê buscará restabelecer o equilíbrio e a harmonia perdida através do sono, no aconchego do colo materno, ou, ainda, terá de criativamente inventar modos de lidar com a ausência materna. Manoni (1982/1986) e Oliveira (2002) defendem ser nessa ausência materna que se instaura a ordem simbólica. Através do apelo da criança à mãe ausente, introduz-se, com o uso da linguagem (inicialmente um grito de apelo, uma interjeição, devido à ausência), uma dimensão que traz na sua essência outras possibilidades de relacionamentos que carregam a marca de reencontros e perdas. Para Belótfourcade (1998) é somente pela falta que se inaugura a existência do sujeito. Já Manoni (1982/1986) escreve que é necessário que a falta (ausência materna) se instale, no decorrer do desenvolvimento, para que o bebê transforme essa ausência numa força propulsora para a construção de sua capacidade simbólica, pois, quando um adulto está demasiadamente presente no nível da necessidade, a criança tem dificuldade de fazer-se ouvir no registro do desejo (MANONI, 1982/1986).

Oliveira (2002), ao falar sobre este assunto, escreve que na opinião de Aryan (1993), caso esta presença maciça ocorra, pode haver um naufrágio do potencial de simbolização da criança. Dessa maneira, a mãe, ao não introduzir um hiato entre a demanda de seu filho e a sua resposta a estas necessidades, poderá promover nele uma enfermidade somática. A ausência também cumpre a função de impulsionar a criança a buscar outros recursos para suprir as suas necessidades, propiciando a ela uma atitude mais ativa. O bebê poderá recorrer aos sonhos, ao sono e às fantasias para superar a solidão pela falta materna e a dor pela sua incompletude.

Dessa forma consegue recriar um ambiente acolhedor e afetuoso baseado nas vivências anteriores de ter sido cuidado e atendido por sua mãe. Esta presença materna pode ser substituída por um objeto da realidade externa como pano, pelúcia ou qualquer outro elemento que represente o acolhimento e o aconchego da figura materna. Winnicott (1975) denominou

esses elementos de objeto transicional. Ele faz parte de uma organização pré-simbólica e tem como objetivo recriar a ilusão da presença materna, apoiado nas representações de seu inconsciente. Entretanto, se a criança ficar muito tempo distante de sua mãe, esta representação se manterá viva em seu psiquismo apenas o tempo em que houver a internalização da figura materna, podendo oscilar de criança para criança (Manoni, 1982/1986).

Segundo McDougall (1996) a constituição do eu da criança terá como base uma imagem afetuosa, reconfortante e tranquilizadora. Assim, a criança será capaz de substituir a presença materna por outros objetos da realidade externa revestidos das funções protetoras e que lhe deem a ilusão da presença materna. Dessa forma, a representação mental da figura materna como pessoa poderá ser nomeada e evocada através da linguagem: a palavra.

As relações afetivas vivenciadas no início da vida são essenciais para que haja a estruturação do psiquismo humano; entretanto, Molina (2001) esclarece que no transcorrer do desenvolvimento infantil, a mãe terá de ir se apagando gradativamente, à medida que sua função de mãe se finde, pois, caso contrário, a mãe poderá representar-lhe a morte, o que inviabilizaria o nascimento do sujeito. Em decorrência dessa situação, Oliveira (2002) esclarece que pode haver um comprometimento de sua capacidade de reconhecimento e integração de seu corpo, seu pensamento e seus afetos como sendo próprios, promovendo um efeito devastador. Este efeito devastador poderá remeter ao fenômeno psicossomático e sua articulação subjetiva.

Oportunamente, Ranña (1998) compreende que, para que a criança possa se constituir subjetivamente, é necessário fazer o pai um corte nessa relação dual, introduzindo a falta simbólica e realizando “um corte subjetivo nas fantasias de completude absoluta” (RANÑA, 1998), fazendo valer a função paterna. Esta função está para além deste pai de existência real, que é o representante da lei simbólica e deverá ser injetado no agente materno.

A interação entre o pai e a criança é um dos fatores decisivos para o desenvolvimento psíquico da criança. Muzza (1998) afirma que a figura paterna surge como o terceiro imprescindível para que a criança elabore a perda da relação inicial com a mãe, sendo que a criança necessita do pai para desprender-se da mãe e, ao mesmo tempo, também necessita de um pai e de uma mãe para satisfazer, por identificação, sua bissexualidade. O pai passa a representar um princípio de realidade e de ordem da família, e a criança sente que ela não é mais a única a compartilhar a atenção da mãe.

Benczik (2011) reafirma que o pai é o primeiro outro que a criança encontra fora do ventre materno, sendo ele indistinto para o recém-nascido. Porém, ao bloquear o desejo incestuoso, sua figura vai-se diferenciando, permitindo o nascimento da interioridade do filho e desfaz, assim, a fusão entre o *eu* e o *não eu*. O pai encarna inicialmente a *não mãe* e dá forma a tudo o que não seja ela. A presença do pai poderá facilitar à criança a passagem do mundo da família para a sociedade. Por meio do corte que o pai realiza entre a relação dual entre a mãe e o bebê, será permitido o acesso à agressividade, à afirmação de si, à capacidade de se defender e de explorar o ambiente. Este mesmo autor acredita que as crianças que sentem o pai próximo e presente sentem-se mais seguras em seus estudos, na escolha de uma profissão ou na tomada de iniciativas pessoais (BENCZIK, 2011, p. 3).

Cabe ao pai interditar o incesto, nomear a criança na sua identidade sexual e fazer cumprir a lei do interdito. Porém, esta relação do pai e do filho é mediada pela mãe, pois é ela quem apresenta o pai ao filho. Este reconhecimento do pai enquanto instância fálica deve partir da mãe.

O pai desempenha um papel singular e fundamental na estruturação psíquica de seu filho. É certo que o espaço disponível para apresentar-se ao seu filho depende de uma equação com a mãe, que precisa desejar apresentá-lo e reconhecê-lo enquanto instância fálica. Rocha (1998) compactua com esse ponto de vista e assevera que a mãe deve desviar o olhar de seu bebê para dirigi-lo a outra direção, em que se encontra o objeto de seu desejo: o pai da criança – o terceiro termo, que interdita a relação. Inaugura-se a entrada de um terceiro nesta relação estabelecida inicialmente entre a díade mãe-bebê.

A inclusão de outra pessoa é fundamental para a estruturação do psiquismo, pois a criança deve perceber que o amor de sua mãe é direcionado também para outros lugares, outras pessoas e para além de seu filho, evidenciando que este não é o único objeto de desejo de sua mãe. Se a figura materna não realizar investimentos para além de seu filho (Oliveira, 2002), não haverá abertura para a passagem ao desejo e interdição, o que possibilita a demarcação das diferenças entre o psiquismo materno e o do infante. É a partir da interdição paterna que se torna possível a separação entre a mãe e o seu filho e a discriminação entre o mundo psíquico materno e do lactente.

Segundo Curiat (1997), por menor que seja a presença de um homem, – seja enquanto pai da criança, enquanto *partenaire* da mãe, no cotidiano da criança ou no horizonte social, – não é só a única saída possível do Édipo, mas também a única possibilidade de entrada (CURIAT, 1997, p. 111).

Folberg e Maggi (2002), ao analisarem o declínio da função paterna e a simbolização, reafirmam a importância desta função para a estruturação do psiquismo. Em seus estudos, em uma perspectiva lacaniana, descrevem os três tempos do Édipo. Em um primeiro tempo, mãe e criança estariam numa relação simbiótica, na qual predomina a identificação do bebê à imagem do outro materno; o segundo tempo é marcado pela entrada de um elemento terceiro (função paterna) que pertence ao campo do simbólico. Ao intervir, o pai priva a criança do objeto de seu desejo. É por meio desta intervenção que o desenvolvimento do sujeito pode-se efetivar. Esse corte imposto pela figura paterna na relação da mãe, com a criança permite a esta enxergar que o pai é objeto de desejo da mãe, que, portanto, tem outros interesses para além do filho. É com a entrada do pai na relação que o sujeito pode ascender ao mundo da cultura, da lei e da linguagem. O pai é aquele que inscreve a criança na sociedade, envolvendo o sujeito na ordem simbólica. Em seu terceiro momento, o pai vai intervir na relação da mãe com a criança como aquele que detém o falo – o objeto desejado. Esse é o momento em que, no bebê, há a instalação do ideal do ego e o registro da passagem do ser ao ter. A criança, ao se identificar com aquele que tem o falo, pode, então, aceitar a castração, desprender-se do corpo da mãe, distinguir-se dela através desta terceira pessoa, e buscar o que lhe falta; pode, enfim, sair do estado de indiferenciação e onipotência.

A função paterna é essencial para a organização pulsional do recém-nascido. Cabe ao pai, genitor ou não, ajudar o bebê a separar-se da mãe. Simbolicamente, ocupará o lugar da lei, interditará a mãe e, através da castração simbólica, auxiliará seu filho a constituir-se enquanto

sujeito do inconsciente. Dessa forma, faz uma intersecção na relação dual e totalizante da díade mãe-bebê.

Percebemos na atualidade transformações relacionadas à figura paterna (Benczik, 2001). Há uma solicitação social para que ele se mantenha mais próximo dos filhos. E um novo perfil de pai vai-se configurando. A figura paterna além de exercer funções relacionadas ao papel de pai passa a ser solicitado a desempenhar ações relativas às funções maternas, as quais estão mais relacionadas à formação emocional e da personalidade da criança. O envolvimento dele com os desejos e as necessidades do filho, hoje em dia, é muito maior do que em tempos passados.

Muitas vezes, o pai deseja romper com o modelo de sua infância, esforçando-se para não reproduzir o comportamento de seu pai, por vezes considerado como “frio, distante, autoritário, incapaz de amar”. O pai provedor, distante afetivamente dos filhos, dá lugar a um pai envolvido na rotina dos filhos, com a educação, o desenvolvimento e formação das crianças; é aquele que fornece carinho, que brinca e faz companhia aos filhos.

Nos dias de hoje, na maioria das famílias, o pai preocupa-se com os filhos e divide com a mulher a rotina familiar, partilhando com ela de forma igualitária a responsabilidade do cuidado para com os filhos, indo ao médico com a mulher durante a gestação, levando os filhos à escola, ao médico, ao dentista, ao futebol ou balé, participando das reuniões de escola e cuidando dos filhos, etc. Faz tudo isso sem deixar de colocar regras e limites aos filhos, de promover trocas afetivas que enriquecem o convívio da criança, lançando as bases para que seu filho consiga explorar o mundo e se relacionar melhor com os outros.

Ao se oferecer como figura continente e próxima ao bebê, o pai estimula-o a sair da relação simbiótica com a mãe, ao mesmo tempo em que o auxilia a separar-se da figura materna, substituí-la e aprender a dividir a atenção da mãe com as outras pessoas. A função do pai é ensinar a criança a partilhar, a lidar com seus desejos e conduzi-la para a socialização e envolver-se em trocas afetivas no decurso de sua existência.

A função paterna pode, então, ser considerada como aquela que determina a inscrição do sujeito na cultura. Assim sendo, ela se reproduz e se perpetua na história. Se, por um lado, a entrada em cena do pai e de suas interdições gera segurança, pode por outro lado desenvolver sentimentos ambivalentes e hostis.

Assim como a cultura organiza os homens em sociedades, sendo responsável pela emergência e a manutenção das civilizações, a função paterna exerce o mesmo papel na estruturação e constituição do sujeito. Do mesmo modo como a cultura motiva o surgimento de novas organizações e perpetua suas várias manifestações (ritos, cerimônias, iniciações, etc), a função paterna determina no sujeito as suas ações e reações e como viver a própria vida. Segundo Monteiro (2001), a incompetência da função paterna gera estruturas marginais e marginalizadas na sociedade. E a incompetência da manutenção de uma cultura faz desaparecer sociedades e até civilizações. Ainda na opinião da autora, as culturas estão em constante evolução, tais quais os organismos vivos, e podem determinar sociedades castradoras, permissivas ou ambíguas. Cada sujeito terá a sua experiência individual dos males e dos benefícios, a depender de sua relação com a função paterna. As mudanças dos costumes e dos valores interferem na construção do imaginário, do simbólico e até nos sintomas, nas formas de adoecer e no relacionamento afetivo e social.

Oliveira (2002) ao falar do amor materno, cita Lerude (1998), esclarecendo que a vertente natural do amor materno passa pelo desejo de que seu filho não sofra lá onde ela sofreu. Porém, muitas vezes, a criança é conduzida no caminho a este sofrimento. A autora faz referência a um imperativo social dos pais de que seus filhos sejam felizes, imperativo legitimado pelo coletivo. Ao tornar a felicidade do filho um objetivo central na dinâmica familiar, em detrimento de outras conquistas familiares, este imperativo, sob a forma de lei, poderá ter um efeito sintomático sobre a criança, em função da pouca maleabilidade que esta regra tem em torno dos demais membros do grupo familiar. Assim, o sintoma da criança tem estreita relação com aspectos da dinâmica familiar e do funcionamento do inconsciente de seus pais.

A estrutura e o funcionamento da família (Tanis, 2001) compõe-se de um sistema de relações simbólicas e emocionais de que as dimensões inconscientes e irracionais fazem parte, havendo uma simultaneidade de registros, lugares estruturalmente determinados, pessoas concretas que ocupam esses lugares, representações internas de si mesmo e de outros. Conclui-se que não se trata de uma projeção absoluta do mundo interno para o exterior, nem de uma estruturação absoluta de fora para dentro.

Os desafios e as dificuldades que na atualidade se colocam para os pais, para a mulher, para o homem e para a criança são diversos. Vivemos uma época marcada pelo excesso de informações da *internet* associada à sensação de simultaneidade e imediatez da comunicação proporcionada pelas redes sociais, como o Instagram e Facebook; o intenso consumo, o excesso de trabalho, a valorização de títulos profissionais/acadêmicos, a valorização do ter em prejuízo do ser. Contudo, percebemos que esses excessos muitas vezes são acompanhados de superficialidade e precariedade nas trocas afetivas, isolamento e busca frenética pelo prazer imediato e o afastamento do sofrimento. Tudo aquilo que não serve é imediatamente descartado ou trocado, e não há espaço para a falta, o exercício do pensar, a dor, a espera, enfim, para o luto.

Esse momento de introspecção, reflexão e vivência da dor é muito importante, pois, justamente a partir do trabalho de luto advindo das perdas e dos insucessos, ocorre o processamento da identificação e o registro do objeto perdido no psiquismo. Esse trajeto é necessário para que a elaboração ocorra e, dessa forma, o sujeito possa desprender-se, diferenciar-se e afastar-se do objeto.

Nesse contexto, a dor e o sofrimento parecem não ser mais constitutivos do ser humano, mas indicativos de impotência e da fragilidade do homem e de seus laços sociais.

Temos, então, na atualidade, um presente que substitui a ação coletiva pelas felicidades privadas (Lipovestsky, 2004), a tradição e as esperanças do futuro pelo êxtase do presente sempre novo. Nasce, assim, toda uma cultura hedonista e psicologista que incita a satisfação imediata das necessidades, estimula a urgência dos prazeres, enaltece o florescimento pessoal, coloca no pedestal o paraíso do bem estar, do conforto e do lazer. Consumir sem esperar, viajar, divertir-se, não renunciar a nada: as políticas do futuro radiante foram superadas pelo consumo como promessas de um futuro eufórico (LIPOVESTSKY, 2004, p. 60). Parece que tudo está transformado! Nesta transformação, que se opera a partir de uma ótica acelerada e de urgência, é imperativo o gozo pleno, absoluto e imediato. Assim, o mundo se torna facilmente digerível, diminuindo a capacidade de crítica e reflexão das pessoas (Maia & Albuquerque, 2000).

Dessa forma, vive-se a lógica da cultura da sociedade de consumo desenfreado (Zanetti, 2009)

do individualismo, da satisfação imediata, do esquecimento, da incompletude, da inquietação. Essas mudanças de comportamento tendem a repercutir diretamente sobre a constituição dos laços sociais e intervêm na reorganização das funções parentais. No que se atualiza na relação de pais e filhos, constatamos que a transmissão de valores dá-se de forma asséptica, sem lugar para o sujeito do desejo, da partilha. Desse modo, o ideal do ego deixa de se vincular a valores relacionados à lei do dever e do bem estar coletivo para se aliar a valores ou objetos que um indivíduo necessita ter para alcançar a felicidade. Nesse imperativo do gozo desmedido e da satisfação imediata, não há espaço para o trabalho psíquico necessário de elaboração entre o querer imediato e a postergação do prazer. Nessa situação, o ideal do ego pode ficar associado à felicidade e ao sucesso, e o bem estar do indivíduo, às mercadorias de consumo. Este modo de lidar com o presente, buscando a satisfação instantânea do desejo, pode comprometer a dimensão simbólica do sujeito. Vemos muitas pessoas relacionando-se de maneira ligeira e fugaz, denotando distanciamento afetivo que se associa à baixa tolerância à frustração e rebaixamento da capacidade reflexiva e de tomar em consideração os sentimentos alheios. Depreende-se que, com essa forma de se relacionar, pode não haver o registro psíquico das vivências nem a sua representação mental, comprometendo-se, assim, o processo de elaboração psíquica. Wagner (2003) observa a frequência com que pais e mães demonstram insegurança diante de situações corriqueiras e banais do dia a dia e, como as regras não estão firmemente postas e os limites claramente estabelecidos, os filhos se veem perdidos diante da inconstância e inconsistência das atitudes dos pais.

A família tem passado por mudanças significativas nos últimos tempos e, diante da velocidade com que são processadas essas mudanças, muitas vezes o saber acumulado que os pais adquiriram não é suficiente para encarar as vivências novas e muitas vezes os filhos transmitem aos pais saberes e novos modelos de conduta segundo Romanelli (2000) e Zanetti (2009). Ao perder parcialmente sua autoridade perante os filhos, os pais contribuem sobremaneira para que os filhos passem a agir como “sujeitos de direitos”, dentro e fora da unidade doméstica, ficando em segundo plano a condição de “sujeitos de deveres”. Sobre esse assunto Romanelli (2000) defende que a ação socializadora das famílias de camada média, que é fruto de mudanças em sua estrutura, concorre para que o individualismo dos filhos prevaleça sobre as aspirações de cunho coletivo.

Com o anseio dos pais de satisfazer imediatamente todos os desejos de seus rebentos (Kehl, 2001), com a perda do tempo de espera para a satisfação das vontades, com a escusa da dor e das vivências da angústia de castração, as trocas afetivas entre os pais e os filhos tendem a ocorrer de forma “vazada”, sem sustentação, de modo desafetado: as pessoas não conseguem manter contato com as emoções, se mostram incapazes de pensar e de refletir acerca dos sentimentos, especialmente quando a angústia se torna mais presente. A criança não se sente capaz de reconhecer seus sentimentos nem tampouco habilitada a nomear os seus estados afetivos (McDougall, 1996). Diante de algum incômodo ou de uma ameaça de sofrimento, o ego lança para fora toda representação dolorosa carregada de afeto, dando a impressão, através da observação da forma como esses indivíduos se comportam, que aquelas representações nunca existiram. É como se os afetos estivessem “desligados” de sua representação. Com o intuito de se defender da dor, o indivíduo “ataca” essas representações, expulsando-as do plano da consciência. Entretanto, ao fazer isso, ele também desvitaliza o seu mundo interno; não restam possibilidades simbólicas, imaginárias ou espaços de criação.

Os pais investem maciçamente nos filhos, como se fossem a única maneira de se realizarem e

de se recuperar narcisicamente (Kehl, 2001) à custa de seus filhos. Na cultura do narcisismo e do individualismo, os filhos carregam as esperanças de imortalidade e de perfeição. Ninguém quer errar, ninguém quer correr riscos ou se arriscar; portanto, poucos pais sustentam o ato necessário de fazer de seu filho um ser da cultura, um sujeito barrado em seu gozo. Sobre esse assunto, Kamers (2006) diz que os pais, na tentativa de equacionamento das faltas e das feridas próprias do homem moderno, endereçam à criança suas expectativas e sonhos na tentativa de equacionar o mal-estar próprio de sua condição humana. Para a autora, a criança seria a depositária da satisfação do desejo do adulto: ser o adulto que seus pais não fora a quem de fato e de direito nada pode faltar.

Assim, as relações familiares podem constituir-se de forma desafetada (Oliveira, 2002), mais superficial e pouco sensível aos problemas daqueles que as rodeiam, proporcionando novos padrões de relacionamento para as futuras gerações (Zanetti, 2009), que podem crescer pouco compromissadas com o próximo e imersas em suas preocupações de ordem narcísica. Quando os pais se recusam a exercer a sua função de transmissor de uma cultura, quando o adulto se recusa a ocupar o lugar de autoridade (Zanetti, 2009), reforça a ideia de que tudo é possível e que não há diferenças ou separações entre as gerações, ou seja, ele (criança) e seus pais são iguais. Ofusca-se o poder e a autoridade materna e paterna e, conseqüentemente, os vínculos familiares se mostram mais frágeis, os pais são destituídos de suas funções e os filhos tendem a crescer sem a devida noção de regras, tolerância a frustração e respeito, demonstrando ser incapazes de conviver e lidar com os limites e as restrições que a vida lhes impõe.

O conceito de família tem evoluído com o tempo e sofrido transformações significativas nesse período (Wagner, 2003), não só em relação às funções enquanto sistema, mas também em relação às tarefas desempenhadas por cada membro do grupo. Nos dias atuais um número cada vez maior de mulheres trabalha fora de casa e contribui para o sustento familiar. Hoje a identidade da mulher não está mais diretamente associada à maternidade, ao casamento e à procriação. A mulher vem conquistando novos espaços, assumindo novos papéis e funções, sendo inegável a ascensão da mulher no mercado de trabalho e na vida intelectual.

Com a saída da mulher em direção ao mercado de trabalho e considerando a sua imprescindível contribuição no orçamento familiar e a modernização da sociedade, Zanetti (2009) e Carneiro (1987) destacam que esses fatores desencadearam um processo de individuação que se contrapôs à força totalizadora e envolvente da família, provocando um afrouxamento de sua função de controle e a perda do monopólio enquanto agência socializadora. A submissão dos indivíduos a outras autoridades, por sua vez, provocou a fragilização do poder do homem enquanto pai e marido acarretando, inclusive, no esvaziamento de seu papel enquanto controlador da sexualidade feminina, abrindo um espaço para seu afloramento. Neste cenário a mulher surge como um ser desejante e, enquanto tal, passa a representar uma fonte de ameaça à hierarquia familiar (CARNEIRO, 1987, p. 80).

Se o conceito de família mudou, o papel do pai e da mãe também sofreu modificações. A partir da inserção da mulher no âmbito profissional os padrões de funcionamento familiar são alterados, provocando, segundo Figueira (1987), uma inexistência de referenciais pessoais claros para a orientação da conduta das pessoas. Assuntos como a educação dos filhos, o relacionamento entre pais e filhos e o convívio familiar são assuntos frequentes na mídia e na literatura especializada.

De acordo com o pensamento de Kamers (2006, p.7), temos nos dias de hoje, na relação dos pais com os filhos a interferência de vários especialistas. Assim, tem-se uma família dependente do “saber científico” e “especializado”, que na maioria das situações não se sente “autorizada” (Kamers, 2006) (por si e pela sociedade) a ocupar o lugar de poder e de autoridade na relação com o filho; não se sente capaz de se responsabilizar pela criação dos filhos e pronta para assumir as responsabilidades inerentes ao papel de pai e de mãe.

Tendo como base as mudanças históricas pelas quais as relações familiares têm passado, poderíamos pensar que atravessamos um momento de crise, de abalo, de ruptura ou de maior fragilização das funções parentais?

Em decorrência da fragilidade das autoridades paternas, estaríamos “produzindo” crianças mais frágeis, ou seja, na medida em que os pais não se autorizam (Kamers, 2006) a ocupar o lugar de autoridade simbólica, consideram que seria possível “poupar” a criança dos interditos necessários à cultura e, conseqüentemente, impossibilitam a criança de ocupar o lugar de filho na estrutura simbólica (Kamers, 2006).

Apesar de os pais participarem da vida dos filhos, estarem mais próximos, isto não tem significado mais continência, segurança e diferenciação. A relação mãe-filho constitui-se desta forma como uma rede fraterna, democrática, na qual indivíduo se sente autônomo, porém, frágil e impotente ao agir. Seria isso decorrente do exercício da fragilidade da função paterna?

Kehl (2001) destaca que essa situação remete a uma espécie de irresponsabilidade que não é aquela de quem não se importa, de quem renuncia a cuidar da criança, mas o efeito é muito parecido. É o efeito de um abandono, porque a criança passa a ser o critério do adulto: ele só faz o que a criança “consente”. Em sua concepção, esse modo de se posicionar frente à criança é um abandono de responsabilidade e de autoridade, pois o que funda a autoridade paterna é a posição subjetiva sustentada pelo laço simbólico, que é aquela posição em que o adulto se responsabiliza e se encarrega do cuidado para com a criança. Não estamos tratando apenas do abandono material e afetivo, mas preocupa-nos também o abandono moral.

A esse respeito Folberg & Maggi (2002) acrescentam:

“Há uma marca de onipotência e narcisismo que inviabilizam as trocas e os projetos que constituem os ideais de existência futura e que na medida em que a função paterna oportuniza o espaço da falta, também abre espaço para esse olhar de incompletude e de busca por um ideal” (FOLBERG & MAGGI, 2002, p.98-99).

De acordo com esses autores, o fracasso no desempenho das funções parentais não possibilita à criança diferenciar-se de sua mãe. Ao separar-se dela, cria-se um espaço vazio. Por meio do reconhecimento dessa falta, surge um sentimento de incompletude e, em decorrência desse reconhecimento, é que a criança se lança para buscar o que lhe falta. Assim, se falha a função paterna, a criança permanecerá numa relação indiferenciada com a mãe e impossibilitada de entrar na função simbólica. Se não há o reconhecimento da falta, não há o que buscar para além da mãe, nem tampouco há a necessidade de desenvolver o pensamento e a criatividade, a individualidade e a autonomia.

Podemos considerar importante que as funções paterna e materna ocorram concomitantemente.

Além de que é positivo para o desenvolvimento da criança poder observar os pais – o casal – a ela vinculados. Dessa forma, a criança pode gradativamente separar-se e individualizar-se, sem, contudo, sentir-se abandonada. O desempenho das funções materna e paterna auxilia a criança a caminhar em direção de um reencontro com o pai e da conquista do sentimento de autonomia e do pensamento abstrato.

É inegável a importância que a família e as relações estabelecidas entre seus membros ocupam na constituição da criança. Entretanto, o que faz a diferença, na formação das crianças, é o olhar sobre a criança, ao mesmo tempo responsável e desejante, não no sentido de um desejo sexual abusivo (Kehl, 2001), mas o desejo de que esta criança exista e seja feliz na medida do possível; o desejo que se confere a este pequeno ser, e a responsabilidade que impõe os limites deste lugar.

Não é pelo fato dos pais trabalharem, das crianças ficarem com babás ou em creches que podemos dizer que as crianças sofrem privação. Não é pelo fato dos pais serem separados (Kehl, 2001) ou os filhos serem criados por um dos cônjuges que as crianças terão suas vidas “estragadas”. Não é pelo fato dos pais terem apenas os finais de semanas ou pouco tempo para convívio familiar que podemos considerar que as crianças vivem um abandono.

O importante é que a criança se sinta implicitamente autorizada (Dolto, 1988) a falar de suas dificuldades para que se promova uma iniciação sensata na vida dos adultos e se justifique, na criança, sua confiança no sentimento da responsabilidade assumida pelos adultos, mesmo que ela ainda não possa compreender verdadeiramente essa responsabilidade. Segundo Kehl (2001) o abandono ocorre quando o adulto não é capaz de assumir as responsabilidades perante a criança, por exemplo, ao não possibilitar na relação um espaço para expressão, vivência e a continência de suas emoções. É esse compromisso social, ético e moral que contribui para que a criança constitua-se como sujeito.

Face ao exposto não é possível educar filhos sem se responsabilizar por eles, sem implicação e envolvimento afetivo com as questões dos filhos. Em síntese: não é possível exercitar a função parental do lado de fora da relação!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, T. M. Asma: medicina e psicanálise. In: TEIXEIRA, A. B. (org). *O sujeito, o real do corpo e o casal parental*. Salvador: Álgama, 1998. p.18-27.

ARYAN, D. T. El psicoanalista y la enfermedad corporal. La manifestación somática em el processo psicoanalítico. Algunos lineamentos para su articulación conceptual. *Revista de la Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires*, v.15, n.2, p.359-381, 1993.

BELÓT-FOURCADE. Considerações pneumáticas sobre “A grande atmosfera”. In: TEIXEIRA, A.B. (org). *O sujeito, o real do corpo e o casal parental*. Salvador: Álgama, 1998. p.38-50.

BENCZIK, Edyleine B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. *Revista Psicopedagógica*. São Paulo, v.28, n.85, p.67-75, 2011.

COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

DOLTO, F. A Gênese do Sentimento Materno: Esclarecimento Psicanalítico da Função Simbólica Feminina. In: _____. *No Jogo do Desejo: Ensaio Clínicos*. São Paulo: Ática, 1996. p. 210-228.

DOLTO, F. *Dificuldade de viver: psicanálise e prevenção de neuroses*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1988a

_____. *Psicanálise e pediatria*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1988b

FOLBERG, Maria N. & MAGGI, Noeli R. Declínio da função paterna e dialética da simbolização. *Estilos da Clínica*, v.7, n.13, p.92-99, 2002.

FREUD, S. (1914). Sobre o narcisismo: Uma Introdução. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 14. p. 76-108.

FREUD, Sigmund. (1910). Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. In: _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: ed. standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.11. p.67-141.

GOMES, M. C. P. O renascimento de Édipo ou a importância da função paterna na configuração das famílias atuais. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.35, n.3, p.843-871, 2001.

KAMERS, M. As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. *Estilos de Clínica*, v.11, n.21, p.108-125, 2006.

KEHL, M. R. Lugares do masculino e do feminino na família. In: COMPARATO, M. C. & MONTEIRO, D. S. F. (orgs). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, v. 1, 2001. p.29-38.

LERUDE, M. Pela felicidade das crianças ou como a terapia de crianças pode algumas vezes permitir o crescimento dos pais. In: TEIXEIRA, A. B. (org). *O sujeito, o real do corpo e o casal parental*. Salvador: Álgama, 1998. p.129-141.

LIPOVESTSKY, G. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcelona, 2004.

LUENGO, Fabíola Colombani. A vigilância punitiva: - A postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2010. p. 72-74.

MANNONI, M. In: RIBEIRO, V. *De um impossível a outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986 (original publicado em 1982).

McDOUGALL, J. *Teatros do corpo: O psicossoma em Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MONTEIRO, D. A. A função paterna e a cultura. *Cogito*, v. 3, 2001. p. 01-04.

MUZZA, G. M. Da proteção generosa à vítima do vazio. In: SILVEIRA, P. *Exercício de paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

OLIVEIRA, Adriana. *Função materna e fenômenos psicossomáticos: reflexões a partir da asma infantil*. Porto Alegre, 2002. Tese (Mestrado) - Instituto de Psicologia- Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OSÓRIO, L.C. A família como grupo primordial. In: Zimerman, D. E., OSÓRIO, L.C. [et.al]. *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 49-58.

OSORIO. L. C. *Casais e famílias: Uma visão contemporânea*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RANÑA, W. Pediatria e Psicanálise. In: VOLICH, R. M., FERRAZ, F. C., ARANTES, M. A. (orgs). *Psicossoma II: Psicossomática psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

ROCHA, F. Sobre impasses e mistérios do corpo na clínica psicanalítica: In: VOLICH, R. M., FERRAZ, F. C., ARANTES, M. A. (orgs). *Psicossoma II: Psicossomática psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

ROURE, G. Q. *Criança-objeto: entre o desejo e o gozo*. Campinas, 2002. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ROUSSEAU, Jean J. *Emílio, ou, da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TANIS, B. A família atual, constituição subjetiva da criança e a psicanálise. In: COMPARATO, M. C. & MONTEIRO, D. S. F. (orgs). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, v. 1, 2001.p.39-46.

WAGNER, A. A família e a tarefa de educar: algumas reflexões a respeito das famílias tradicionais frente a demandas modernas. In: FERES-CARNEIRO, T. (org). *Família de casal: arranjos e demandas contemporâneas*. São Paulo: Loyola, 2003. p.27-33.

WINNICOTT, D. D. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p.13-44.

ZANETTI, Sandra A. S. A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira. *Psico*, v.40, n.2, p.194-201, 2009.

ZORNIG, S. A. *A criança e o infantil em psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2008.